

Michel Foucault e a educação: o investimento político do corpo

Michel Foucault and education: the political investment of the body

Alex Fabiano Correia Jardim*

Dedicado a Anete Abramowicz

Resumo: O trabalho tem como temática fazer uma analítica a respeito da educação como produtora de Sujeito na modernidade, isto é, pensar a educação a partir das dimensões: saber e poder e os indivíduos que por ela são subjetivados. O texto segue pelo fio condutor do pensamento de M. Foucault em especial a noção de sujeito arraigada fortemente na história do pensamento ocidental moderno. Foucault apresenta o sujeito como investido por relações de poder que o constituem e o produzem no interior dos espaços fechados – institucionais – e que são o efeito dos jogos de verdade, dos saberes e dos poderes. O sujeito para Foucault é fabricado no interior de espaços visíveis de disciplinamento e sujeição, tornando-os corpos dóceis e úteis. E um desses espaços são as tecnologias disciplinares educacionais: o espaço escola.

Palavras-Chave: Sujeito, Educação, Subjetividade, Poder, Disciplina, Controle

Abstract: The present paper aims performing an analytical study on education as a producer of the Subject in modern times, what means to think education from the dimensions of knowledge, power, and the individuals who are made subjective by those. The text follows the thought line of M. Foucault, specially the notion of a subject who is strongly rooted in the history of the western modern thought. Foucault presents the subjects invested with relationships of power which are constituted and produced in closed spaces — institutional ones - and which happens through the effect of games of truth, knowledge and power in several ways. To Foucault, the subject is produced in the interior of visible spaces of disciplining and subjection, what makes the bodies docile and useful. And one of these spaces is the educational disciplinary technologies: the school space.

Key-words: subject; education; subjectivity; power; discipline; control.

* Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos, São Paulo. Estágio na Universidade de Paris I – Sorbonne. Professor de História da Filosofia Moderna e Contemporânea pela Universidade Estadual de Montes Claros. alfaja@hotmail.com

1 Poder, modernidade e educação

É na idade moderna que a educação pode se fundamentar e planejar suas práticas educativas com o propósito da realização humana em nome de uma racionalidade libertadora, fazendo-nos concluir que as práticas pedagógicas tiveram e tem uma importância essencial na fabricação ativa dos sujeitos que estavam e estão inseridos nos aparatos pedagógicos de subjetivação, que se tornaram dispositivos visuais de esquadramento e poder.

A escola, como campo de visibilidade, é um espaço para o exercício de uma vontade de verdade e, conseqüentemente, para o exercício do poder. Lugar privilegiado da morada da verdade: onde se observa, classifica, regula e mensura resultados técnicos. Nesse lugar – a escola – alguém exerce o papel de portador de uma verdade (o saber) e que, também, usa de instrumentos para que a verdade seja extraída (o poder), sendo assim, ele é um espaço do dizível e do visível.

O sujeito pedagógico está preso a essas complexas relações de poder, mas torna-se insuficiente estudar o sujeito imerso nessas relações, acreditando-se num conceito de poder apoiado única e exclusivamente nos aparelhos jurídicos que são de certa forma, a garantia da legitimidade de um poder central. Necessitamos, portanto, de uma outra maneira de se pensar o poder: visto até então como centralizado na figura do Estado. Certamente, seguindo Foucault, esses instrumentos são inadequados e insuficientes em nossa reflexão. Uma nova noção de poder surge nas análises e pesquisas de Foucault e que servirá perfeitamente para podermos pensar a construção da subjetividade na educação, especialmente por que o conceito proposto por Foucault é de uma “*microfísica do poder*”. O que em nosso caso será de grande importância, pois, encaramos o espaço pedagógico como sendo uma das redes de dominação de caráter relacional e micro que são estabelecidas como condição de possibilidade de formação, reprodução, produtividade e resistência aos enunciados, tanto de ordem econômica, quanto de ordem social e cultural. O poder não é algo que

se detém, se apropria, mas sim, algo que se exerce por relações de força de forma difusa, como multiplicidade e campos de resistência. Bem, se afirmamos que ele existe, também, enquanto resistência que se intensifica por qualidade das forças, necessariamente retiramos do poder toda impressão de negatividade, dando-lhe uma positividade, uma produtividade rumo às constantes emergências de novas lutas e movimentos sociais. Retiramos do poder um *locus* privilegiado de ação, seja ele o Estado ou o conceito de classe dominante, sabendo que ele se movimenta por estratégias, por um jogo, por uma polivalência, eliminando-se a partir desse novo olhar toda perspectiva moral, ou seja, a divisão bipartida: de um lado, os que têm o poder, são os donos e o poder a eles pertencem, por isso, são julgados por aqueles que “estão do outro lado”, que do poder são alijados e desprovidos, como causadores de todo mal inerente à sociedade.

Os “despossuídos” de poder se rendem à eterna submissão e ficam entregues ao ressentimento, a má consciência e à passividade, ou ainda, crentes na esperança de um tempo futuro e longínquo, que custa em chegar, de uma sociedade em que não exista relações de força, daí, numa sociedade em que não exista relações de poder. Ora, o poder é tão produtivo, que através do seu exercício e das configurações que são subjacentes a tal movimento faz surgir novas configurações, novas visibilidades, novos indivíduos-sujeitos enquanto efeitos de uma maquinaria social que envolve todo o tecido social, numa multiplicidade de relações de força. E o desenvolvimento das práticas pedagógicas é um exemplo claro da produtividade e da positividade do poder quando em suas técnicas, procura aprimorar, adestrar e controlar o corpo do aluno. Mesmo que, para isso, seja preciso construir internamente no espaço escolar mecanismos pseudo-libertadores que ilusoriamente proporcionarão a sensação de liberdade, o que é extremamente perigoso, envolvente e enganador, como nos mostra Frago e Escolano em suas análises a respeito do aparato escolar:

O espaço escolar torna-se, assim, no seu desenvolvimento interno, um espaço segmentado no qual o ocultamento e o aprisionamento lutam com a visibilidade, a abertura e a transparência. A racionalização burocrática – divisão do tempo e do trabalho escolares – e a gestão racional do espaço coletivo e individual fazem da escola um lugar em que adquirem importância especial a localização e a posição, o deslocamento e o encontro dos corpos, assim como o ritual e o simbólico. Numa instituição segmentada, parcelada, a vigilância e o controle – a coordenação só são possíveis mediante a comunicação, a existência de órgãos colegiadas, a visibilidade espacial, os elementos simbólicos unificadores ou a ritualização das principais atividades que acontecem nela (Frago e Escolano, 1998: 80).

Essas formas de se pensar, que em nome de uma teleologia, olham as redes sociais sempre pelo prisma do dominado, do ausente, do incapaz são totalmente inadequadas e comprometem uma análise da educação e dos seus dispositivos. Quando afirmamos a característica puramente lúdica e estratégica das relações de poder, queremos dizer que ele não é repressivo ou excludente, mas, um processo intermitente de relações de forças que fazem nascer práticas sociais que assumem uma verdade: o saber científico surgido no interior do campo educacional-institucional, que pelos procedimentos de confinamento e enclausuramento, disciplina, normatiza e cria um tipo de aluno-sujeito/objeto. E esse saber científico sobre o homem, é exercido por alguém que se qualifica para ocupar a posição de “sujeito” do discurso ou da enunciação. Dessa forma, é necessário um olhar crítico a respeito dos discursos que se produzem historicamente e que se tornam decisivos para uma análise mais atenta nas instâncias de controle que se expressam através do exercício do poder, mas que ao mesmo tempo, caracteriza relações de saber, isto é, a apropriação de uma verdade sobre a ordem das coisas e dos homens:

... Não existe de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele

alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, ou uma coisa, mas uma relação. E esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seu exercício não possam ser feitas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento de poder (Foucault, 1984:XIV).

A educação – saber pedagógico – se instala, portanto como uma das melhores formas de controlar os discursos de verdade, além de ser, também, o meio privilegiado em que saber e poder estão mais explícitos para a implantação de uma técnica institucional: de vigilância, de hierarquia, de disciplina e de controle.

Dessa maneira, a educação não será mais vista como espaço neutro ou morto do desenvolvimento das relações sociais, ou das relações entre os indivíduos. Muito pelo contrário, o espaço pedagógico é um campo aberto, cortado pelas relações de poder que passam desde os primeiros passos da aprendizagem, onde o poder regula, produz, molda indivíduos, fabrica imagens-modelos e avalia. Objetiva o homem via manipulação técnica interiorizadas nas instituições educacionais como práticas de assujeitamento.

O sujeito seria então, efeito e alvo do exercício do poder, viabilizado principalmente dentro das práticas educacionais-institucionais, configuração historicamente dada de saber, poder e subjetivação. Esse sujeito pedagógico aparece enquanto produto dos discursos ou das enunciações que o classifica, se pretendendo científicos, e a articulação de práticas institucionalizadas que o capturam, o segmentariza e o subjetiva. A sociedade moderna caracterizada e

¹ Ela é uma técnica, um dispositivo, um mecanismo, um instrumento de poder, são “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade...” (Foucault, 1987: 126). É o diagrama de um poder que não atua do exterior, mas trabalha o corpo dos homens, manipula seus elementos, produz seu comportamento, enfim, fabrica o tipo de homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade industrial, capitalista.

descrita por Foucault como sociedade disciplinar¹, prima pela fabricação de indivíduos úteis e dóceis, agindo por individuação, normalização e disciplinarização, ao “regular os corpos para melhor controlar a alma”. Tomando como ponto de partida o sistema penitenciário, Foucault observa que as instituições recorrem ao mesmo tipo de procedimento: vigilância contínua e identificação permanente dos indivíduos através do exame. A disciplina funciona como o auxílio de uma tecnologia e uma anatomia do poder. Segundo Foucault, são quatro os tipos de ordenação disciplinar dos indivíduos: celular, orgânica, genética e combinatória:

- *Celular, ou a arte das distribuições*, é o jogo da repartição espacial. Inicia-se com a repartição dos indivíduos no espaço, assumindo cada um o seu lugar e em cada lugar, um indivíduo. Dividir e repartir para melhor vigiar o comportamento de cada um, criando espaços úteis. Na escola, os indivíduos se definem pelo lugar que ocupa, pela posição nas filas, nas séries. Os lugares tornam possível o controle simultâneo de todos os “sujeitos”. A escola possibilita a saída de uma confusa massa de indivíduos para uma organizada multiplicidade orgânica.

- *Orgânica*: imposição de regras e de rigor nas atividades e nos horários. Cada gesto do corpo tem que ter uma finalidade produtiva. Na escola o tempo é usado para a intensificação e condensação de atividades rumo à aprendizagem. O corpo é treinado e codificado para que em seus movimentos seja útil em seus mínimos detalhes.

- *Genética*: cada indivíduo em seu tempo específico é classificado por sua qualidade de produção, servindo de elemento diferencial a sua capacidade de produtividade na aprendizagem. Isso fica claro na esco-

la, quando o indivíduo aproveita o seu tempo, tanto na escola, quanto fora dela e demonstra isso nas avaliações ou em sua competência numa rápida resolução dos exercícios, o que posteriormente o diferenciará dos outros por sua graduação ou série. Tal situação corresponde ao poder de domínio sobre o tempo e sua utilização.

- *Combinatória*: depois de estipulado o lugar do corpo, sua regularidade num determinado tempo e espaço, torna-se necessário ajustar o corpo para compor forças com outros corpos destinados a uma melhor operacionalização e funcionalismo. Nas escolas, as atividades passam a ser melhor desenvolvidas quando são observadas por alunos mais velhos ou mais qualificados segundo a ótica institucional-educacional. Os alunos deverão apreender os códigos para uma boa conduta e para uma proveitosa aprendizagem, respondendo às técnicas de sujeição aplicadas pela escola e corroboradas subjetivamente pelos alunos “melhores qualificados para a tarefa”.

2 Do suplício a disciplina

Faz-se necessário ressaltar que o século XVII foi marcado pela extração da verdade pelo corpo supliciado. A confissão era retirada do criminoso pela agonia do suplício². A verdade era obtida por meio da dor via o espetáculo público punitivo como forma de restaurar o poder real, numa valorização da morte. Dessa forma, a verdade era extraída violentamente pelo castigo corporal, mostrando o poder do rei ou do juiz inquisidor. A educação pelo espetáculo público do corpo supliciado serve para inibir quaisquer que fossem as atitudes contra o soberano, além de impedir o delito que poderia ferir as regras sociais estabelecidas por esse soberano. Quando temos a

² O suplício era uma técnica de punição, uma execução pública, que visava fazer com que o criminoso que rompia com o pacto social instituído pelo soberano viesse a sofrer aos olhos do público, em forma de espetáculo, uma infinidade de dores. Seus corpos eram mutilados, mas feitos de tal forma que o criminoso não morresse e pudesse sentir as dores de se ter cometido um delito contra o soberano e a sociedade. Era necessário que ele sentisse o máximo de dor... que ele gritasse ao público que cometera tal crime e que se arrependera de tê-lo cometido. Este teatro de horror era comum em toda a Europa e servia como forma de educar à população em favor do cumprimento dos decretos reais. Para melhor leitura do assunto (Foucault, 1987, cap. I. O corpo dos condenados, p. 11).

descrição do suplício relatado por Foucault, estamos diante de um tipo de punição de característica corretiva e preventiva – diríamos até, formativa – aplicada na França em 1757. Não faltam menções às reações do supliciado aos sofrimentos que lhes eram aplicados.

Essa maneira de punir, conseguia extrair do condenado gritos de dor, palavras de desespero, pedidos de perdão, certamente mais atribuído ao sofrimento físico intenso de que a qualquer outro motivo. Essa punição – do corpo supliciado – conseguia provocar reações que correspondiam uma função e cumpriam partes essenciais do ritual: punir com a morte e educar os que continuavam vivos, mostrando-os a possível pena por algum tipo de insurreição ou desobediência a quem exerce um poder sobre a materialidade do corpo dos indivíduos. Tal sentimento, também, era expandido por todo corpo social. As imagens do sofrimento alheio ficam presentes na memória do indivíduo, o que serve para regular a coletividade³. O governo da razão do soberano sobre o corpo, estabelece nos séculos XVII e XVIII, uma arte de governar em que o corpo é o limite para toda a afecção, para a afirmação de um tipo de soberania, tendo como técnica, a dominação de todo corpo social através da brutalidade do castigo e da presença constante da morte: o medo usado como instrumento de sujeição. Educar é agir e viver com o intuito de se distanciar, cada vez mais, de alguma possibilidade de sentir dor em consequência do castigo. Todo o sistema judiciário existia com a função de procedimentos de sujeição, criando sujeitos obedientes e que espelhavam em seus modos de vida, os aspectos da dominação e do medo. Os modos de vida constituem os gestos, os comportamentos, as atitudes frente às relações sociais, expondo-se fisicamente de maneira efetiva às

relações de poder, mostrando que o homem é o efeito dessas relações.

No final do século XVIII, a punição cede espaço que outrora eram dos castigos corporais, via suplício, para uma penalidade que tem por função, interditar o corpo do condenado e submetê-lo a obrigações. A prisão surge como uma das formas de punição, dentre as muitas que aparecem, e que crescentemente assume e torna-se a prática punitiva mais comum, principalmente por que ela acaba exercendo uma grande função social, econômica e política, generalizada e habitual. A punição do corpo pelo suplício vai perdendo notoriedade, até alcançar seu quase-declínio. Devido à ordem econômica que progressivamente se instaurava na sociedade moderna, a morte do criminoso faz-se desnecessária, pois o mesmo poderia ser usado como força útil à sociedade. O fim do suplício – técnica das mil mortes – se efetiva justamente com a efervescência e estruturação do capitalismo, que de agora em diante, necessitava de gente para ser utilizadas nas fábricas.

A urgência de mecanismos de reeducação, sujeição e utilização da força de trabalho do homem eram gritantes e os dispositivos educacionais foram extremamente necessários para que se inventasse esse homem desejável. O corpo passa a ser visto como força produtiva, e todos os corpos devem ser bem preparados para assumirem a sua função no novo cenário que se apresenta; aqui mais uma vez o poder assume seu caráter transformador e positivo. O corpo não deixa de ser alvo de materialização e efeitos do poder, mas simplesmente, ele é colocado sobre uma nova exigência – a exigência da produção. Mas antes de tudo, torna-se urgente a invenção de novas formas de punição do criminoso que venha provocar uma ruptura com o pacto social. Des-

³ Mas o espetáculo, também, se caracterizava por um aspecto interessante, que era a escuta por parte daqueles que assistiam ao espetáculo, a população em geral ou os submissos ligados diretamente a autoridade soberana, de ofensas, injúrias e xingamentos provenientes da boca dos supliciados. De certa forma, todos acabavam participando nesse momento, já que o supliciado ao bradar ofensas ao soberano expressava as vontades de toda sociedade que se sentia oprimida pelas ações da autoridade maior. Quanto maior a dor e as provocações, mais expressões de ódio e repulsa ao soberano eram ouvidas da boca do condenado.

sa necessidade, surge a prisão como a ação de punição mais especializada e como condição de possibilidade para o aparecimento de um corpo vigiado e disciplinado: crimes, paixões, doenças, impulsos, perversões e agressividade. A prisão se transforma, rapidamente, num instrumento que tem como uma de suas características, afastarem as pessoas que rompem com a lei – ela se transforma no signo da verdade institucionalizada em sociedade. Não podemos esquecer que tal organização foi essencial para capitalismo, pois, com o aumento populacional, a massa ociosa crescia e a prisão recolhia as pessoas ditas improdutivas, almejando extrair delas o máximo de utilidade de seus corpos. A prisão torna-se, assim, um dos meios de confinamento em espaço fechado mais visível na modernidade.

Nós nos detemos um pouco sobre a prisão para ilustrar que tal organização serviu de modelo para as demais práticas institucionais, inclusive na educação e suas práticas pedagógicas, com a criação de dispositivos que tinham a função de desarticular e recompor as forças corporais. A atenção à formação dos indivíduos passa a ser localizado no seu aparato institucional específico, onde os dispositivos educacionais observam cada detalhe no processo de constituição do sujeito. Cada movimento tem que ser extremamente racionalizado e o corpo tem que responder à disciplina de forma organizada e produtiva. O homem disciplinado, desta vez, é o homem também do confinamento, pertencente a um local estratégico que o produz enquanto sujeito moderno, conforme Foucault:

A ordenação por fileiras, no século XVIII, começa a definir a grande forma de repartição dos indivíduos na ordem escolar: filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios; colocação atribuída a cada um em relação a cada tarefa e cada prova; colocação que ele obtém de semana em semana, de mês em mês, de ano em ano; alinhamento das classes de ida-de umas depois das outras; sucessão dos assuntos ensinados, das questões tratadas segundo uma ordem de dificuldade crescente. E nesse conjunto de alinhamentos obrigatórios, cada aluno segundo sua idade, seus de-

sempenhos, seu comportamento, ocupa ora uma fila, ora outra; ele se desloca o tempo todo numa série de casas; umas ideais, que marcam uma hierarquia do saber ou das capacidades, outras devendo traduzir materialmente no espaço da classe ou do colégio essa repartição de valores ou dos méritos. Movimento perpétuo onde os indivíduos substituem uns aos outros, num espaço escondido por intervalos alinhados (Foucault, 1987:134).

É por isso que podemos chamar a modernidade da idade do corpo, conceito esse que de forma alguma entraria em contradição com a idéia de racionalidade, por que a razão investe sobre o corpo com a intenção de dominá-lo e de fazê-lo produzir. E os dispositivos educacionais são onde concentramos nosso olhar, pois, ele é o elemento catalisador de ações destinadas à formulação de normas e regras direcionadas à disciplinarização do sujeito pelo viés das tecnologias de dominação rumo à produtividade do indivíduo. Toda a disciplinarização do corpo terá como pressuposto dois momentos: primeiro, o de agir sobre o corpo do homem, individualizando-o e objetivando-o; o segundo, o de agir no interior desse indivíduo objetivado, agora medido, calculado e serializado, subjetivando-o em função da constituição de uma ética capitalista. A educação e seus dispositivos educacionais aplicados num espaço fechado (a escola) atingem o corpo do homem moderno, num tipo de investimento político do corpo controlado, submisso, amedrontado, regulado e corrigido por práticas educacionais que têm como regra, o esquadrinhamento do homem que pode ser a cada dia, aperfeiçoado e adestrado. Vejamos o que fala Foucault:

Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma aptidão, uma capacidade que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada. (Id. Ibid. :127).

A educação e sua forma visível de disciplinamento – a escola e suas estratégias de dominação – é um espaço onde a disciplina é usada como experiência político-educacional. A disciplina organiza novas relações e a escola como espaço arquitetônico/concreto se configura dentro do processo histórico do sujeito como uma tecnologia de dominação para que o corpo e cada movimento possam ser inseridos a um determinado processo de aprendizagem e controle.

As formas de disciplinamento pela técnica de confinamento, de separação, perpassam todo o tecido social: quartéis, asilos, hospitais, prisões e escolas. Todas com o objetivo de adaptação ou readaptação à vida social: primeiro isolando o que estamos chamando de forma-homem, para estudá-lo e produzir saberes sobre ele, e depois, para torná-lo viável economicamente. Toda a relação passa a ser entre o meio (formas visíveis de disciplinamento e controle) e o conteúdo (o sujeito e sua subjetivação). Esses espaços fechados consistem na produção de signos que dirigem a alma do indivíduo, com uma conotação fortemente moral: prática do imperativo do dever. O confinamento é a estratégia construída de onde sairão sujeitos educados para uma vida social através de uma aplicação severa de métodos que promovem novas maneiras de agir sobre o corpo, atuando sobre o tempo, a redistribuição do espaço, o isolamento, o horário de controle das atividades, classificando o indivíduo. Foucault descreve muito bem a preocupação para com o conteúdo dentro desses espaços de produção de subjetividade, o qual a escola é o fiel representante e instituição imprescindível.

A organização de um espaço serial foi uma das grandes modificações técnicas do ensino elementar. Permitiu ultrapassar o sistema tradicional (um aluno que trabalhava alguns minutos com o professor, enquanto fica ocioso e sem vigilância o grupo confuso dos que estão esperando). Determinando lugares individuais, tornou possível o controle de cada um e o trabalho simultâneo de todos. Organizou uma nova economia do tempo de aprendizagem. Fez funcionar o espaço escolar como

uma maquinaria de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar. J.B. de La Salle imaginava uma classe onde a distribuição espacial pudesse realizar ao mesmo tempo toda uma série de distinções: segundo o nível de avanço dos alunos, segundo o valor de cada um, segundo seu temperamento melhor ou pior, segundo sua maior ou menor aplicação, segundo sua limpeza, e segundo a fortuna dos pais. Então, a sala de aula formaria um grande quadro único, com entradas múltiplas, sob o olhar cuidadosamente “classificador” do professor. (Id.Ibidem:135).

A educação que funcionava enquanto espaço de visibilidade, de ajuste e aperfeiçoamento através de mecanismos disciplinares educacionais, refletiam em sua organização, os procedimentos operacionalizados da prisão. A prisão foi um dos principais locais onde se faziam a ligação entre a forma e o conteúdo. A sua arquitetura moderna articulava meios de vigilância e controle do indivíduo, tanto na sua construção, quanto na distribuição das funções internas para sua manutenção e objetivo. É importante observarmos que nos espaços de confinamento próprios das instituições na modernidade se agenciaram o mesmo modelo do sistema penitenciário: diretores, supervisores, orientadores, professores de moral religiosa, guardas; além de uma arquitetura que se assemelhava com a construção das prisões. Todas as instituições como espaços visíveis de disciplinamento do sujeito passam a ter praticamente os mesmos objetivos: educar, disciplinar, cuidar, higienizar, produzir e punir. Toda a multiplicidade de sujeitos encontra correspondência num mesmo espaço visível de repartição.

A educação, em sua forma visível escolar, possui uma racionalidade e ajusta em seu espaço cada indivíduo para melhor dominar seu tempo, seu corpo, seus afetos, através dos dispositivos pedagógicos: divisão por classes, séries, avaliações e exames, estabelecendo padrões e normas pela vigilância constante, pelo olhar da aprovação ou da reprovação. Segundo Frago e Escolano, procedimentos de uma tecnopolítica disciplinar própria das organizações educacionais mo-

dernas, para tornar dóceis os corpos:

A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos. Ao mesmo tempo, o espaço educativo refletiu obviamente as inovações pedagógicas, tanto em suas concepções gerais como nos aspectos mais técnicos. (Frago e Escolano, 1998: 26).

Segundo Foucault, o filósofo e jurista Jeremy Bentham foi um dos grandes pensadores que deu maior contribuição para se pensar a construção dos espaços fechados na sociedade disciplinar. O novo espaço fechado – de confinamento – pensado por Bentham foi denominado de *Panóptico* e se generalizou por todas as instituições⁴.

O modelo do panoptismo para a educação foi utilizado como ordenador das multiplicidades do indivíduo docilizado – um tipo de tecnologia de poder. O corpo não pode mais morrer, ele tem que produzir, ser aperfeiçoado e adestrado por uma educação que se qualifica por estender seu olhar de vigilância com a ajuda dos mecanismos disciplinadores incorporados nas instituições educacionais. Disciplinar, classificar e examinar, recobrando um corpo assujeitado por divisão, separando-o por infração ou rompimento de uma determinada ordem estabelecida, eis a função organizacional dos aparatos pedagógicos modelados pela funcionalidade do Panóptico.

A verdade sobre o sujeito é exposta por essas práticas que facilitam um determinado tipo de aprendizagem, e para que essa aprendizagem se efetive plenamente, é constituído um diagrama, uma rede superposta de dispositivos que venham a garantir a sua ampla produtividade ou atinja a sua finalidade: assimilar e concordar com o que é dado como verdade – apreender os códigos em toda rede social, generalizando os processos de disciplinamento que se impõe pouco a pouco na prática pedagógica, principalmente no uso e utilização do tempo:

A colocação em “série” das atividades sucessivas permite todo um investimento da duração pelo poder: possibilidade de um controle detalhado e de uma intervenção pontual (de diferenciação, de correção, de castigo, de eliminação) a cada momento do tempo; possibilidade de caracterizar, portanto de utilizar os indivíduos de acordo com o nível que têm nas séries que percorrem; possibilidade de acumular o tempo e a atividade, de encontrá-los totalizados e utilizáveis num resultado último, que é a capacidade final de um indivíduo. Recolhe-se a dispersão temporal para lucrar com isso e conserva-se o domínio de uma duração que escapa. O poder se articula diretamente sobre o tempo; realiza o controle dele e garante sua utilização (Foucault, 1991: 144-145).

Para que ocorra uma aprendizagem ou assimilação dos códigos de disciplinamento, o corpo do aluno-objeto é moldado. A resposta aos dispositivos que fazem parte dos exercícios de aprendizagem e controle é esperado como o resultado que envolve todo

⁴ “O Panóptico de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre. Está vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravessa a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros em que cada ator está sozinho, perfeitamente, individualizado e constantemente visível. O dispositivo Panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes de suas três funções – trancar, privar de luz e esconder – só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha.”(Foucault, 1987:177).

corpo individual e coletivo, implicando um processo em que a subjetivação se dá, apesar das estratégias de ação particulares, de forma coletiva: nas maneiras de andar, de falar, de pensar, de sentir ou de todas as atitudes comportamentais que também envolve a imaginação, condicionando os afetos e fabricando sujeitos tristes, e que não possuem o “brilho nos olhos” que poderia ser comum na arte do conhecer ou da descoberta do mundo.

3 A Administração dos Afetos

O maior objetivo dos dispositivos educacionais é conseguir controlar a alma dos indivíduos. A partir das organizações institucionais centradas na ostentação dos jogos de verdades em forma de saberes e dizeres e do exercício estratégico do poder, se consolida permanentemente a produção de uma sociedade calcada em modelos de dominação e controle contínuo.

A escola se caracteriza, desde então, como grandes máquinas de codificação e de captura do desejo. Visando a um tipo de homem-sujeito que responda às exigências econômicas e políticas, elas se situam como produtoras de subjetividades dentro do campo social. Construção histórica carregada de interesses e intencionalidades, a maquinaria escolar corresponde no principal solo de dominação de afetos dos indivíduos. Servindo como agenciamento de técnicas disciplinares e de controle intensivo das forças corporais e do desejo, a maquinaria escolar, de forma não estática, muito pelo contrário, sempre dinâmica e flexível, expande sua hegemonia por procedimentos de subjetivação.

Lugar estratégico para o exercício do poder, consequentemente, para a modelização das “almas”, o espaço pedagógico é o território onde se procura, através de composição de ações e formulações de discursos (saber/poder), formalizar o indivíduo do não-desejo, da não-vontade, da não-autonomia. A preocupação em delimitar tempo, época e pensamentos surge como condição para a constituição de um indivíduo cativo, enraizado profundamente nos diagra-

mas de saber/poder e imanentes à complexidade do campo social. O espaço pedagógico na modernidade é articulado sob o signo da governamentalidade. Segundo Foucault, esse momento é extremamente importante para traçarmos um caminho junto à idéia de produção de um bio-poder: governo sobre a vida dos homens. Não basta encararmos as relações de poder como simples repressão, mas muito mais como administração das forças individuais e coletivas, tanto nos espaços de confinamento quanto espalhados por toda a abertura das redes sociais. A governamentalidade é de total relevância ao abordarmos seu conceito direcionado a instituição educacional, pois a sua política é a constituição de um modo de subjetivação hegemônico.

As práticas educacionais – que aqui envolvem uma série de dispositivos de vigilância, controle e punição – marcam imperiosamente a problemática da produção de subjetividade no capitalismo, impedindo em suas micro-relações o aparecimento de novas singularidades. A governamentalidade significa no espaço pedagógico, toda série de ações em direção à apropriação e condição das formas de pensar, de agir e de viver do sujeito pedagógico. Apesar de o aparato pedagógico fazer uma série de interligações justapostas para gerenciar o sujeito pedagógico, o professor é quem assume a principal função nesse processo. Torna-se figura imprescindível no controle dos corpos, pois como “governo” diretamente próximo e ligado aos indivíduos, cria as técnicas individualizantes. Isso nos mostra que não há exterioridade ao poder, e o sujeito pedagógico está implicado nesse jogo. Dessa forma, podemos afirmar com clareza que a grande finalidade da sociedade disciplinar fragmentada em instituições diversas, é a da administração dos afetos dos sujeitos-alunos.

Isso significa que a qualidade dos afetos produzidos é dada pela composição de agenciamentos de controle e subjetivação, tornando os sujeitos-alunos desprovidos de reflexão crítica e entregues à razão governamental. Associando a idéia de obediência a autonomia, a sociedade moderna, leia-se sociedade disciplinar, estendendo o poder da razão ou em nome de um pseudo-

esclarecimento, cria a idéia do sujeito consciente: àquele que conhece as leis e ordena seu juízo em posição de busca pela verdade da lei que aprioristicamente representa também a verdade do ser. A razão governamental aproxima e cria uma simbiose entre lei e subjetividade, espalhando-se em todas as superfícies sociais, atingindo de cheio o aparato pedagógico educacional e sua organização. Nesse sentido, o exame⁵ nos dá com clareza e nos mostra a melhor maneira de corroborar como prática interna de demonstração de qualidades individuais, tornando público o jogo de verdades subjacente na organização educacional, além de dividir e classificar os que estão no caminho para conquistá-la. A resposta dada pelo exame é a melhor comprovação de que as “almas” dos alunos estão sendo subjetivadas. Rose diz:

O exame não apenas torna a individualidade humana visível, ele a localiza numa rede de escrita, transcrevendo os atributos e suas variações em formas codificadas, possibilitando que eles sejam acumulados, somados, normalizados, que se tire sua média e que sejam normalizados – em suma, documentados. (Rose, 1998:39).

Estamos chamando de afetos, as maneiras de agir sobre o mundo e de ser agido pelas relações que compõem o seu movimento, o seu *devenir*. O afeto é a expressão de nossa potência, de nossa qualidade enquanto conjunção de forças que atua no instante – que podemos chamar de tempo. A nossa subjetividade é o resultado da composição de afetos e de sua constituição inserida e atirada numa temporalidade que é puro fluxo inapreensível. É por isso que os instrumentos utilizados como modos de subjetivação internalizados do aparato pedagógico escolar não

se restringem a um único ponto localizável, espalham-se em todas as direções do ambiente pedagógico e contorna todos os participantes do jogo, como já vimos anteriormente, incluindo até outros espaços “fora da escola”, mas que não perde seu caráter de disciplina, controle e produtividade.

Administrar os afetos do sujeito-aluno é o mesmo que impedir a sua expansão e a sua criatividade. Torná-lo sujeito, é fazê-lo submisso às possibilidades impessoais de ação ou algo do tipo: uma destruição da instância autoral, de fato, controlando e administrando os afetos objetivados internamente na organização do aparato escolar.

Esse tipo de dobra do sujeito, ou seja, a apreensão de suas qualidades vitais e o seu direcionamento esboça uma subjetividade em que o dentro detém o fora e o fora desmancha o dentro, mas também o produz, o incita. A subjetividade como expressão da existência e do fluxo dos afetos que cortam a pele do sujeito pedagógico é constituída a partir da conciliação e/ou re-conciliação das forças do fora – exteriores – com as forças do dentro – modos de pensar, criando e recriando, a cada momento, novos perfis pedagógicos no sujeito-aluno da educação, numa curvatura ou dobra de subjetivação. Administrar os afetos é o mesmo que intensificar as forças produtivas dos modos de existir, sendo que tais modos, produzidos pelas forças do fora, nesse caso, da disciplina e controle, nada mais querem que moldar uma nova figura ou imagem: a de um sujeito que se reterritorializa em função da maquinaria escolar, o que é o mesmo que dizer, a fabricação de corpos passivos e possuídos de “olhar de bovino”.

Em nome da racionalidade moderna, impressa em

⁵ Para Foucault, “O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. No coração dos processos de disciplina, ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam. A superposição das relações de poder e das de saber assumem no exame todo o seu brilho visível.”(Foucault, 1991:164-165).

sua totalidade nas organizações educacionais, a subjetividade foi produzida se acreditando numa educação emancipadora desde o século XVII, num pressuposto combate contra a ignorância, a incultura, a miséria, a tirania, etc. Numa idéia de que a educação se consolidaria rumo a construção de indivíduos esclarecidos, cientes de seu destino. A racionalidade enquanto uma meta-narrativa iluminista dirige-se à intensa produção de uma educação escolarizada, nesse processo, o aumento dos aparatos pedagógicos educacionais é impressionante, favorecendo a constituição de um sujeito fruto de uma razão que se dizia libertária e destruidora das crenças. Mas, a racionalidade, longe se ser transcendente, se dilui no *a priori* histórico, no terreno da contingência e das forças. A subjetividade, então, vem sendo moldada desde que o homem se fez presente no interior das tecnologias de dominação⁶. É a educação, tornada visível sob a forma de um grande extrato – escolas – e que articula em sua formação discursiva ou exercício ininterrupto de um poder molecular, um tipo de corpo político ou de anatomia política de ações concretas sobre os corpos do sujeito pedagógico. Numa relação de construção/dissolução; dobra ou agenciamento de métodos constitutivos do aspecto subjetivo.

A administração dos afetos é o grande mérito das tecnologias da subjetividade e tal prática é envolvida pelos portadores de um discurso de verdade: especialistas no que concerne a conduta dos homens. O sujeito pedagógico constituído é sitiado por um turbilhão de ações, das mais variadas que visa descrever sua alma, anular as forças do inconsciente e esquadriñar o corpo. Os jogos de verdade, orientados por especialistas na formação do ser e do sujeito da educação, garantem a manutenção e a legitimidade dos enunciados, fazendo com que procedimentos de auto-regulação e auto-vigilância sejam resul-

tado dos dispositivos de normalização. Ao analisarmos, sob a ótica foucaultiana, os dispositivos educacionais, um grande e autêntico desafio nos aparece pela frente: como constituir novas e/ou outras subjetividades a partir da produção de novos afetos numa perspectiva redirecionada da realidade? Não podemos e nem devemos negligenciar, totalmente, as práticas sociais e pedagógicas que já estão instituídas, mas, quais as possibilidades de engendramos “novos solos” de ação? Como desterritorializar esse indivíduo-sujeito que se apresenta na modernidade, tanto no interior como fora dos espaços fechados e/ou de confinamento, é uma exigência na invenção de outras práticas subjetivas, vivenciada e potencializada numa ligação com o ilimitado ou com o vir-a-ser das forças em fluxo.

Como condição de possibilidade, exige-se antes de tudo, encarar e presenciar as relações de poder que entrecruzam diferentemente e em vários níveis o campo de imanência onde se dá a produção do sujeito pedagógico. Somente após a descoberta que a subjetividade se dá pelo envolvimento entre as “forças do fora” e as “forças do dentro”, se poderão produzir novos movimentos direcionados à destruição de uma subjetividade estratificada pelas formas de disciplinamento e sujeição: os dispositivos educacionais escolares. Como uma maneira de avançar e contribuir nas análises foucaultianas, vamos descobrir em Deleuze, um grande interlocutor do pensamento de Foucault no que se referem à organização da sociedade moderna, suas disposições e administração dos nossos afetos. Uma das questões que mais nos interessa, em Deleuze, é quando ele nos fala, a partir de uma anterior reflexão desenvolvida por Foucault, que começa a se desenhar na sociedade moderna a criação de novas ênfases nas práticas de vigilância com a crise dos espaços institucionais fechados, isto é, um espraiamento da vigilância. Isto

⁶ “O sujeito, segundo toda uma tradição da filosofia e das ciências humanas, é algo que encontramos como um “être-là”, algo do domínio de uma suposta natureza humana. Proponho, ao contrário, a idéia de uma subjetividade de natureza industrial, maquina, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida”. (GUATTARI e ROLNIK, 1996:25)

significa em Deleuze que estamos saindo pouco a pouco da chamada “*Sociedade Disciplinar*” para pertermos à “*Sociedade de Controle*”, como bem afirma Deleuze:

É certo que entramos em sociedades de “controle”, que já não são exatamente disciplinares. Foucault é com frequência considerado como o pensador das sociedades de disciplina, e de sua técnica principal, o confinamento (não só o hospital e a prisão, mas a escola, a fábrica, a caserna). Porém, de fato, ele é um dos primeiros a dizer que as sociedades disciplinares são aquilo que estamos deixando para trás, o que já não somos. Estamos entrando nas sociedades de controle, que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea. (...) Certamente não se deixou de falar da prisão, da escola, do hospital: essas instituições estão em crise(...). O que está sendo implantado, às cegas, são novos tipos de sanções, de educação, de tratamento (Deleuze, 1992: 215-216).

O indivíduo passa a ser produzido, também, não só pelo confinamento, pelos meios fechados, mas difusamente pelos dispositivos tecnológicos, isto é, máquinas cibernéticas. E, na educação, essas máquinas abertas e difusas ajudam a operacionalizar, por exemplo, o que comumente chamamos de escola aberta e educação a distância. Além do mais tal prática se distribui ao logo da vida dos indivíduos-sujeitos, desde a mais tenra idade, sob a noção de uma necessidade de educação permanente, formação continuada, comunicação instantânea (Internet). O mundo da produção de indivíduos passa a ser visto não só como fábrica (serialização de homens), mas principalmente como empresa, onde a escola acaba assumindo um caráter liberal de prestação de serviços, o que significaria em seu interior na criação de dispositivos que agiriam como motivadores da aprendizagem em nome de uma pseudo-liberdade, criatividade e autonomia: bônus produtividade, créditos acumulados, prêmios subjacentes à produção, classificação por qualidade da produção, enfim, a educação sendo encarada fielmente como mercadoria que se consegue por concorrência e por méritos e não por direito social.

Os indivíduos-sujeitos não escapam à disciplina e a vigilância, mas pelo contrário, mergulham nela indefinidamente e continuamente para o bom funcionamento dos processos de subjetivação; assim se dá o espraiamento da vigilância ao longo da vida dos indivíduos, tornando-os mais suscetíveis à lógica do controle. Essa segmentarização por todos os “espaços” é exercida, segundo Deleuze, não mais paulatinamente e de forma duradoura, em etapas, do indivíduo natural ao social, mas diferentemente, o indivíduo é submetido ao controle contínuo e ininterrupto. Isso serve para nos dizer que os campos de visibilidade disciplinar se ramificam por toda rede social, escapando do panóptico arquitetônico (o espaço-escola), para se transformar em vigilância rizomática, tecendo a alma e o corpo dos indivíduos-sujeitos modernos.

A sociedade de controle se mostra enquanto modelos fluidos de dominação, a educação nunca chega ao fim e os moldes (aquilo que demarca limites e contornos), são rapidamente modificáveis, imprimindo novos territórios para o indivíduo-sujeito, num ritmo alucinante, permanente e mutante. E Deleuze enfatiza essas “surpresas” características do controle na educação:

Pode-se prever que a educação será cada vez menos um meio fechado, distinto do meio profissional – um outro meio fechado –, mas que os dois desaparecerão em favor de uma terrível formação permanente, de um controle contínuo se exercendo sobre o operário-aluno ou o executivo-universitário. Tentam nos fazer acreditar numa reforma da escola, quando se trata de uma liquidação (Id.Ibid.:216).

A educação passa a pertencer ao mundo da criação e valorização das imagens, condicionando as opiniões, os desejos, a aprendizagem, através de um bombardeamento quase ininterrupto de cores, sons, imagens que se articulam enquanto novos sistemas de signos e sentidos. A *Sociedade de Controle* atinge diretamente a educação quando não impõe limites para sua ação, fazendo com que os dispositivos educacionais ajam de forma rápida e ilimitada, tornando os sujeitos-alunos participantes fragmentados de

uma política que prima pela expansão, por instrumentos de poder e que produzem diferentes subjetividades: homogêneas, que experimentam a sensação da falta e da busca pelas linhas do sucesso, pela vontade incontável ao conhecimento, pelo consumo, por uma busca de si mesmo e por uma individualização. Enfim, as práticas educativas e/ou formativas, agora diluídas na sociedade de controle em todas as direções e a cada dia mais fora dos espaços fechados, inventam a todo momento uma lógica diferenciada para que possa capturar o inconsciente do sujeito-aluno através dos códigos de construção e desconstrução, da sombra e da luz, do sim e do não, sempre levando em consideração, segundo Guattari, a exigência frenética de uma nova ordem mundial:

Tudo é produzido pela subjetivação capitalística – tudo o que nos chega pela linguagem, pela família e pelos equipamentos que nos rodeiam – não é apenas uma questão de idéia, não é apenas uma transmissão de significações por meio de enunciados significantes. Tampouco se reduz a modelos de identidade, ou a identificações com pólos maternos, paternos, etc. Trata-se de sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo (Guattari e Rolnik, 1996:27).

Na *Sociedade de Controle*, a educação se coloca como uma aliada na regulação social dos indivíduos como garantia de governabilidade via o agenciamento “invisível”, mas, que possui formas que se colocam muito bem articulados num campo de forças heterogêneo, vinculando por semiotização concreta e por estratégias de subjetivação. Constituindo-se, então, como prática social pedagógica que se orienta, muitas vezes, silenciosamente como uma serpente em suas ondulações, em direção a modos de existência subjetivados, como bem escreveu Deleuze:

...No regime das escolas: as formas de controle contínuo, avaliação contínua, e a ação da formação permanente sobre a escola, o abandono correspondente de qualquer pesquisa na universidade, a introdução da “em-

presa” em todos os níveis de escolaridade. (Deleuze, 1992 :225).

A escola, em se tratando de um tipo de território social passa a sofrer intensos desequilíbrios no que concerne à relação indivíduo-aluno e toda a maquinaria social existente. A ordem capitalista, estrategicamente expressada nas difusas formas das técnicas sociais de controle, destrói, e, também, restabelece outras territorialidades ao sujeito-aluno. Modeliza um tipo de homem e seu envolvimento com o mundo e com os outros, modificando, por completo, os modos de percepção, numa constante recriação de mecanismos de subjetivação, deixando de existir, portanto a idéia distinta entre dentro e fora. Num texto escrito em homenagem a G.Deleuze, Michael Hardt comenta sobre a questão da produção de subjetividade, (citando, também, autores como Foucault, Guattari e Althusser):

...Uma das teses centrais mais comuns nas análises institucionais de Deleuze e Guattari, Foucault, Althusser e outros, é que a subjetividade não é originária, dada a priori, mas se forma pelo menos até um certo ponto, no campo das forças sociais. As subjetividades que interagem no plano social são substancialmente criadas pela sociedade. Nesse sentido, tais análises institucionais gradativamente esvaziaram de seu conteúdo qualquer noção de subjetividade pré-social para enraizar firmemente a produção da subjetividade no funcionamento das principais instituições sociais, tais como a prisão, a família, a fábrica e a escola (Hardt, 2000: 367-368).

Considerações Finais

Para Foucault, a singularidade nasce a partir de uma relação consigo, ou o mesmo que o sujeito ocupar-se com o cuidado de si, aumentando a sua potência de vida. Esse passo ou novo agenciamento nós podemos denominar como um processo de “traição” com os elementos fundantes historicamente do sujeito subjetivado, fazendo da vida uma “estilística da existência”, destruindo a educação e seus processos empobrecidos de aprendizagem que se instauram desde a infância e que vai se consolidando e se soli-

dificando com o passar dos anos. Guattari e Rolnik dizem:

É desde a infância que se instaura a máquina de produção de subjetividade capitalística, desde a entrada da criança no mundo das línguas dominantes, com todos os modelos tanto imaginários quanto técnicos nos quais ela deve se inserir (Guattari e Rolnik, 1996: 40).

Se pensarmos a oportunidade de uma interação intensa no processo pedagógico (diferentemente daquela intensa inserção própria das tecnologias de sujeição e controle), isso nos levaria a pensar a educação enquanto uma situação-problema que não pode ficar somente no âmbito de uma mera pesquisa quantitativa ou qualitativa dos pressupostos que agem no interior das situações vividas. E é seguindo essa linha de pensamento, às vezes, quebradiça, que a discussão se faz mais ética e política do que propriamente epistemológica: uma produção social das práticas sociais como transgressão, rebeldia, insanidade, desvio, doença, diferença, excentricidade, loucura, etc. Essa ética que busca enxergar, no interior do discurso educacional e das suas respectivas práticas, um jogo agonístico, envolve uma tensão coletiva entre as forças do educador, do educando e da instituição. Forças que se afetam mutuamente, e que proporcionam na relação entre educador e educando um estado de crise, mas que longe de se tornar um caráter negativo, este estado de crise/conflito, exige a dissolução de uma realidade social em função de uma nova composição de afetos, afinal, estamos tratando de subjetividades desejantes e por que não dizermos, singulares.

O desejo de inventar uma nova ética e estética torna o educador ousado e desprendido; um espírito livre que nasce no instante da ação de “singularizar-se”, liberando novas forças e potência afetiva para a aceitação, dia após dia, de rupturas epistemológicas, em que uma verdade excludente que se alimenta do dogmatismo dos conceitos filosóficos perderá o seu status de controladora da complexidade do real. O olhar plural e singular sobre as práticas formativas, requer a constituição

de um corpo que se potencialize em paixão e ação, servindo-se da tensão eminente entre educador e educando que nunca se extinguirá. Lidar com as diferenças pulsantes na prática pedagógica é assumir a sua complexidade, seu jogo descontínuo e suas relações de força, agindo sempre no limite possível das fronteiras de uma constituição individual e também coletiva, num eterno criar-se, dissolvendo qualquer possibilidade da harmonia regulada por convenções ou por controles.

Quando Foucault nos fala de uma ética, acredito que podemos chamar esse momento de uma desdobra aos dispositivos subjetivadores. Primeiramente, Foucault nos mostra como os discursos são produzidos na sociedade moderna em função de jogos de verdade que se estabelecem em forma de saberes enunciados. Posteriormente, ele procura caracterizar a sociedade moderna como disciplinar, que separa, confina e divide seus componentes para fazê-los úteis, dóceis e produtivos. Por esse viés, ele procurou identificar através de uma analítica do binômio: saber/poder e as estratégias de subjetivação. É sabido que a grande questão foucaultiana é o sujeito. A sua atenção é direcionada para se pensar a constituição do sujeito por práticas subjetivantes, neste texto em especial, o interior do espaço-escola e as práticas formativas. A exigência radical de um caráter ontológico na educação, (o que nós somos? O que fizerem de nós?) nos remete de imediato para um questionamento tipicamente foucaultiano: Quais as condições de possibilidade de afirmarmos a singularidade do subjetivo e que não carece ser mapeado pelos saberes instituídos, como é o costume dos modismos educacionais tão em voga hoje em dia?

A radicalidade de uma prática formativa ético-estética é vista na paixão pela aventura do pensar e na experimentação das intensidades e dos mistérios que a relação educador/educando proporciona quando estão livres para que ambos sintam o gosto do envolvimento pelo pensamento, sem que a culpa pelos fracassos das ações educativas permeie a realidade do ensino, eliminando-se todo ressentimento ou arrependimento.

Referências Bibliográficas

DELEUZE, G. *Conversações*. Trad. Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, 226 p. (Coleção TRANS)

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. Trad. Salma Tannus Muchail. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987, 407 p.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Trad. Lígia M. Pondé Vassallo. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 1991, 277 p.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Trad. Roberto Machado. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984, 295 p.

FRAGO, A. V. e ESCOLANO A. *Currículo, Espaço e*

Subjetividade: a arquitetura com programa. Trad. Alfredo Veiga-Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998, 152p.

GUATTARI, F. e ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1996, 327 p.

HARDT, M. *A Sociedade Mundial de Controle*. Trad. Maria Cristina Franco Ferraz. In.

ALLIEZ, E. (org.). *Deleuze: uma vida filosófica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000, p: 357-372.

ROSE, N. *Governando a alma: a formação do eu privado*. In: SILVA, T. T. (org.) *Liberdades reguladas: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu*. Petrópolis: Vozes, p. 30-45.